



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Carvalho de França Filho, Genauto
DECIFRANDO A NOÇÃO DE PARAECONOMIA EM GUERREIRO RAMOS: A ATUALIDADE DE SUA
PROPOSIÇÃO

Organizações & Sociedade, vol. 17, núm. 52, enero-marzo, 2010, pp. 175-197

Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638312011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DECIFRANDO A NOÇÃO DE *PARAECONOMIA* EM GUERREIRO RAMOS: A ATUALIDADE DE SUA PROPOSIÇÃO

Genauto Carvalho de França Filho*

Resumo

O presente texto examina a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos enquanto uma categoria analítica forte para a desconstrução crítica dos principais pilares de sustentação da teoria organizacional convencional. O texto sublinha a originalidade do autor através das ricas fontes de influência mobilizadas na construção deste conceito. Contudo, o intuito maior do trabalho é mostrar a contemporaneidade dessa proposição, tanto pela sua relação estreita com algumas das principais preocupações investigativas atuais no âmbito da sociologia e antropologia econômica, quanto por suas implicações para uma renovação da agenda do debate atual sobre a questão do desenvolvimento local. É assim que, no seu final, o texto articula o conceito de paraeconomia com a noção de economia plural, apontando novos caminhos de pesquisa e intervenção pública consoantes com um ideário crítico em termos de projeto de sociedade.

Palavras-Chave: Paraeconomia. Multidimensionalidade. Economia plural.

Translating the Notion of Para-economy in Guerreiro Ramos: the current context for this proposition

Abstract

This text examines the notion of "para-economy" developed by Guerreiro Ramos as an important analysis category to make a critical *deconstruction* of the principal basis of the conventional theory of organizations. The text draws attention to the originality of the author through rich sources of influence mobilized into the construction of this concept. However, the main objective of the work is to show the contemporary nature of this proposition both because of its close relationship with some of the main current concerns of research into economic sociology and economic anthropology *and because of* its implications for the renewal of current debate about the issue of local development. The text concludes articulating the concept of "para-economy" with the notion of plural economy, indicating new lines of research and public intervention following the critical ideas in terms of society project.

Keywords: Para-economy. Multidimensionality. Plural economy.

*Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII. Prof. da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFB. Endereço: Av. Miguel Calmon, s/n, 3º andar. Salvador-BA. CEP: 40110-130. E-mail: genauto@ufba.br

Com o livro *A nova ciência das organizações*, publicado em 1981 no Brasil, pouco antes do seu falecimento, Guerreiro Ramos se tornou mais conhecido devido à discussão apresentada sobre racionalidade. Contudo, o debate que ele propõe na segunda parte da obra, em torno da idéia de paraeconomia (particularmente nos capítulos 7, 8 e 9), parece de extrema atualidade, tendo em vista as implicações críticas em termos ecológicos que o texto mobiliza. No entanto, tal discussão não conheceu repercussão significativa nem no ambiente acadêmico específico da administração, nem no campo mais amplo das ciências sociais. Ao menos três hipóteses de razões para tanto podem ser levantadas: a) a discussão de paraeconomia parece deslocada do seu tempo, no sentido de estar muito avançada para a época, já que boa parte dos argumentos do autor encontra eco numa visão crítica de ecologia profunda que começa, apenas recentemente, a se tornar mais conhecida; b) boa parte dos autores mobilizados por Guerreiro Ramos (GR) não é conhecida da academia brasileira mesmo no âmbito das ciências sociais; c) essa discussão encontrava-se bastante embrionária, até mesmo, para o próprio autor, que tinha planos para seu aprofundamento posterior.

O presente texto pretende justamente discutir o conceito de paraeconomia em GR, no intuito de mostrar a atualidade da reflexão do autor em termos de novos horizontes para o desenvolvimento local, hoje contidos na sua abordagem. Para tanto, examina-se, num primeiro momento, o argumentário desenvolvido pelo autor em *A nova ciência*, no sentido de mostrar como ele chega à proposição de um paradigma paraeconômico e como tal abordagem se situa na sua obra. São examinados, então, três pressupostos de base na construção da sua crítica à teoria organizacional convencional: a) uma concepção de razão; b) uma visão da natureza humana; e c) uma concepção de sociedade.

É precisamente a discussão sobre o terceiro ponto que abre a segunda parte deste texto, quando é examinado o conceito de paraeconomia em Guerreiro Ramos. Discute-se a proposta de teoria da delimitação dos sistemas sociais sugerida pelo autor, com especial destaque para a sua lei dos requisitos adequados para um desenho delimitativo de sistemas sociais. Ao final dessa parte, aborda-se a paraeconomia enquanto modelo multicêntrico de alocação de recursos.

Num terceiro momento, o intuito é de mostrar como esse legado guerreirista encontra-se no centro das preocupações mais avançadas e críticas em relação a alternativas e possibilidades de construção de novas soluções para o desenvolvimento local. Em particular, apresenta-se a proximidade da abordagem da paraeconomia com a noção de economia plural. Finalmente, na conclusão são apresentados alguns aspectos fecundos, a fim de orientar uma prática renovada do desenvolvimento local com base na articulação dos dois conceitos, cuja síntese encontra sua manifestação mais acabada, hoje, em torno da idéia e prática de redes locais de economia solidária.

Três Pressupostos de Base para qualquer Teoria Social: o argumento de GR

Em *A nova ciência das organizações*, Guerreiro Ramos (1989) sugere, de forma crítica, uma refundação da teoria organizacional convencional, pois os ensinamentos a esse respeito esbarram, segundo o autor, nos limites próprios de uma teoria organizacional nascida e desenvolvida a partir, fundamentalmente, das referências típicas de um modelo específico de sociedade – aquele centrado no mercado. Seu objetivo é “contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado, que tem dominado as empresas privadas e a administração pública nos últimos 80 anos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.XI). O alcance da sua discussão proposta é, portanto, ambicioso, já que se estende até uma dimensão de indagação

sobre os fundamentos de uma teoria social. É assim que segundo o autor, a tarefa básica de uma nova ciência das organizações repousa sobre a necessidade fundamental de desconstrução de três pilares ou pressupostos encontrados na base da atual teoria organizacional. Não sem razão, os três pressupostos correspondem a três premissas fundantes de toda e qualquer teoria social. Tais pressupostos são relativos: ao conceito de razão; à concepção de natureza humana; e à concepção ou projeto de sociedade.

O que GR vai mostrar é, precisamente, o conceito de razão, a concepção de natureza humana e a visão de sociedade presente na base da teoria organizacional convencional. No seu esforço de análise crítica, GR não deixa de apresentar, para cada uma dessas três premissas, uma outra visão ou concepção de entendimento possível.

a) sobre a redefinição do conceito de razão

A razão constitui um elemento básico na compreensão das condutas individuais e coletivas. Nesse trabalho, GR (1989) mostra como nas sociedades modernas o conceito de razão incorpora um outro sentido, que passa a constituir a norma de entendimento sobre o que seja racionalidade. Esta é, precisamente, a visão da razão como um "cálculo utilitário de conseqüências", consubstanciado na idéia de racionalidade instrumental ou funcional.

O vigor da análise de GR encontra-se na sua capacidade em retomar o debate sobre a transmutação do conceito de razão ao longo da história da filosofia e ciências sociais. O passeio teórico de GR consiste em retomar, inicialmente, o conceito de razão na teoria política clássica, com Aristóteles, estendendo sua discussão até a proposição crítica da escola de Frankfurt, com Horkheimer e Adorno, na *Dialética da razão*. Assim, o autor mostra como a razão em seu sentido clássico (entendida como a capacidade de discernimento próprio aos sujeitos humanos, habilitando-os a distinguir o falso do verdadeiro, o bom do mal ou o justo do injusto) transforma-se em algo exterior à figura humana, ou seja, no lugar da razão como equilíbrio, a razão passa a ser vista como uma capacidade de maximização de resultados.

A alternativa apresentada por GR (1989) ao conceito unidimensional de razão (traduzido na idéia de racionalidade instrumental, e largamente difundida pelas faculdades de gestão, por exemplo) é a noção de racionalidade substantiva, que o autor desenvolve a partir de uma tradição crítica da razão moderna presente em Weber, Mannheim, Horkheimer, Habermas e Voeglin. Enquanto na racionalidade instrumental deve prevalecer a assertiva maquiaveliana – segundo a qual "os fins justificam os meios", pois o que importa, neste parâmetro de racionalidade, é a capacidade que possuem os meios para atingir os objetivos pré-fixados, ou seja, os meios não têm importância em si mesmos –, na racionalidade substantiva, por outro lado, avalia-se a qualidade intrínseca de cada ação empreendida, já que o propósito dessa razão é o entendimento humano. Nela, a escolha e definição dos fins não podem ser jamais exteriores à condição humana. Isto é, os fins definem-se como valores.

b) sobre a concepção de natureza humana

Se a teoria organizacional convencional está baseada numa racionalidade instrumental, uma vez que a interpretação ou análise do fato organizacional deve orientar-se segundo critérios funcionais de performance e eficiência econômica, o mesmo se aplicaria a uma concepção particular da natureza humana, caracterizando essa mesma teoria organizacional, segundo GR. Esta é claramente delineada por meio do conceito de síndrome comportamentalista, entendida como: "Uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as normas e regras de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo" (GR, 1989, p.52).

A idéia da síndrome comportamentalista é salientada como uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas. O que o autor quer subli-

nhar é a idéia de que tal síndrome “surtiu como consequência de um esforço histórico sem precedentes para modelar uma ordem social de acordo com critérios de economicidade” (GR, 1989, p.52). Estas sociedades constituem, segundo ele,

a culminação de uma experiência histórica, a esta altura já velha de três séculos, que tenta criar um tipo nunca visto de vida humana associada, ordenada e sancionada pelos processos auto-reguladores do mercado. A experiência foi bem sucedida, certamente que bem demais. Não apenas o mercado e seu caráter utilitário tornaram-se forças históricas e sociais inteiramente abrangentes, em suas formas institucionalizadas em larga escala, mas também demonstraram ser altamente convenientes para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção (GR, 1989, p.52).

Entretanto, nessas sociedades, salienta Guerreiro Ramos (1989), o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação.

A preocupação do autor, nesse aspecto, diz respeito a uma tentativa de mostrar sob quais alicerces psicológicos se assenta a teoria organizacional convencional. Na sua visão, torna-se imprescindível a tarefa de esclarecer o reducionismo psicológico dessa TO predominante. Um dos seus argumentos principais consiste em distinguir as noções de “comportamento”, de um lado, e de “ação”, do outro. O primeiro consiste numa

forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das consequências. (...). Sua categoria mais importante é a conveniência. Em consequência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético de validade geral. É um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores. Em contraposição, a ação é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta (GR, 1989, p.51).

Para o autor, a síndrome comportamentalista é marcada por quatro traços principais, denominados de fluidez da individualidade, perspectivismo, formalismo e operacionalismo. No que diz respeito ao primeiro traço, o autor toma emprestado essa expressão “individualidade fluida” do campo de trabalho de historiadores da arte, em especial de Arnold Hauser, em seu estudo sobre o maneirismo, estágio inicial da arte moderna. Segundo GR (1989), a fluidez da individualidade como fenômeno peculiar à sociedade moderna,

não pode ser inteiramente explicada sem que se vincule esse fenômeno à forma de representação através da qual as sociedades capitalistas legitimam-se a si mesmas (...). Na verdade, o homem moderno é uma fluida criatura calculista, que se comporta, essencialmente, de acordo com regras objetivas de conveniência (GR, 1989, p. 53, 54).

Tal sentimento é

uma consequência da interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna, que se define como um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos (GR, 1989, p.56).

Já a noção de perspectivismo, diz respeito ao fato do indivíduo ser levado (numa sociedade entendida como um sistema de regras contratadas) “a compreender que tanto a sua conduta quanto a conduta dos outros é afetada por uma perspectiva”. Trata-se, aqui, de uma conduta que, embora seja comum a ação humana em qualquer sociedade, apenas na sociedade moderna o indivíduo adquire consciência desse fato. Para o autor: “essa sociedade gera um tipo peculiar de conduta, que merece ser referida como comportamento, e para comportar-se bem, então, o homem só tem que levar em conta as conveniências exteriores, os pontos de vista alheios e os propósitos em jogo” (GR, 1989, p.57). O exemplo maior do perspectivismo é fornecido por Maquiável. Este, segundo GR (1989, p. 58) “recorre a esta metáfora perspectivista a fim de declarar que o estudo da política requer uma integração dos pontos de vista tanto do príncipe quanto do povo”, na sua caracterização da forma correta de governar. De acordo com GR (1989):

os ensinamentos de Maquiavel significam que não apenas os príncipes, mas igualmente os homens comuns, têm o direito de pôr de lado os padrões morais das boas ações, na perseguição dos interesses pessoais. Ele é, na verdade, um dos primeiros pensadores modernos que compreenderam os padrões motivadores imanentes a uma sociedade centrada no mercado. Tais padrões, em geral, e o perspectivismo, em particular, tornaram-se os padrões normativos da conduta humana (GR, 1989, p.59).

A noção de formalismo, por sua vez, refere-se, segundo GR (1989, p. 59), a “uma característica da conduta humana que se tornou extremamente orientada”, ou seja, quando a observância das regras substitui a preocupação com padrões éticos. Esse fenômeno, aliás, frisa GR (1989), tornou-se um traço normal da vida cotidiana nas sociedades centradas no mercado:

Exposto a um mundo infiltrado de relativismo moral, o indivíduo egocêntrico sente-se alienado da realidade e, para superar essa alienação, entrega-se a tipos formalistas de comportamento, isto é, sujeita-se aos imperativos externos segundo os quais é produzida a vida social. Torna-se um maneirista. De fato, o maneirismo é a disposição psicológica exigida por um tipo de política divorciada do interesse pelo bem comum, por um tipo de economia unicamente interessada em valores de troca (GR, 1989, p.59).

Finalmente, o operacionalismo significa considerar que “apenas as normas inerentes ao método de uma ciência natural de características matemáticas são adequadas para a validação e a verificação do conhecimento” (GR, 1989, p.62-63). Isto implica admitir que “apenas aquilo que pode ser fisicamente medido ou avaliado merece ser considerado como conhecimento” (GR, 1989, p.63). Para o autor, na análise da psicologia do operacionalismo, duas são suas características principais:

- a) o fato do operacionalismo positivista ser “permeado de uma orientação controladora do mundo” – induzindo, desse modo, “o pesquisador a enfocar seus aspectos suscetíveis de controle” (GR, 1989, p.63). As bases dessa mentalidade estariam no pensamento de alguns autores clássicos, como Galileu, que reagiu “contra a orientação contemplativa, dominante e dogmática, dos pensadores medievais” (GR, 1989, p.65) e Francis Bacon, segundo o qual “aquilo que é o mais útil na operação, é o mais verdadeiro no conhecimento” (BACON *apud* GR, 1989, p.65). É precisamente neste sentido que se percebe mais claramente o caráter deturpado do operacionalismo ao identificar o verdadeiro com o útil. Como a noção de útil carrega consigo uma ambigüidade ética fundamental, “o papel do operacionalismo em ciência social deveria ser eticamente qualificado”, e não legitimar como norma geral “aquilo que é útil ao sistema social para o controle dos seres humanos que dele participam” (GR, 1989, p.65), como fizeram os cientistas sociais convencionais.
- b) a outra característica salientada pelo autor diz respeito à “recusa em reconhecer às causas finais qualquer papel na explicação do mundo físico e social. Sua inferência é a de que as coisas são, simplesmente, resultados de causas eficientes, sendo o mundo inteiro um encadeamento mecânico de antecedentes e conseqüências” (GR, 1989, p.65). Em contraponto disso, o autor esclarece que

as descobertas da ciência contemporânea mostram que essa concepção de causalidade é insustentável. Por exemplo, a certeza na predição dos processos das coisas é admitida como teoricamente possível na idéia mecanicista de causalidade, enquanto o princípio da incerteza de Heisenberg, empiricamente provado, significa que as coisas têm seus fins próprios, que as dotam de certa capacidade de autodeterminação (GR, 1989, p.66).

Em resumo, segundo o autor, estes traços básicos da síndrome comportamentalista não exerce pouca influência na vida das pessoas:

Na realidade, constituem o credo não enunciado de instituições e organizações que funcionam na sociedade centrada no mercado. (...) Para ter condições de enfrentar os desafios de uma tal sociedade, a maioria de seus membros interioriza a síndrome comportamentalista e seus padrões cognitivos. Essa interiorização ocorre, geralmente, sem ser notada pelo indivíduo, e assim a síndrome comportamentalista transforma-se numa segunda natureza. A disciplina administrativa padrão, ela própria admitindo que os seres humanos são criaturas fluidas, e capturadas pelos pressupostos do perspectivismo, do formalismo e do operacionalismo, não pode ajudar o indivíduo a superar essa situação (GR, 1989, p.67).

c) sobre sua concepção ou projeto de sociedade

GR (1989) considera que o conhecimento mobilizado pela teoria organizacional convencional esta baseado em pressupostos da sociedade centrada no mercado, acarretando sérias limitações em termos de sua aplicabilidade: "a aplicação de seus princípios a todas as formas de atividade está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos de nossa sociedade" (GR, 1989, p.XI). É precisamente a partir do seu conceito de paraeconomia que GR não apenas elabora sua crítica aos pressupostos da TO ora em voga, mas sugere pistas e caminhos para a renovação do seu escopo analítico.

Entendendo o Conceito de Paraeconomia em GR

Paraeconomia é o termo empregado por GR para fazer referência à necessidade de um modelo de análise da dinâmica organizacional que não se restringe à regulação pelo mercado auto-regulado. A compreensão do conceito de paraeconomia em GR exige a restituição de três argumentos articulados que o autor desenvolve nos capítulos finais de *A nova ciência...*:

- a) o primeiro relativo à proposição de uma teoria da delimitação de sistemas sociais, entendida como um modelo multicêntrico de análise de tais sistemas, que ele próprio qualifica de "paradigma paraeconômico";
- b) o segundo referente à idéia de lei dos requisitos adequados, que constitui a avaliação de alguns itens básicos (tais como tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo), objetos de variação significativa segundo a natureza do sistema social em análise;
- c) o terceiro relativo às implicações políticas que derivam da adoção e uso do conceito de paraeconômia.

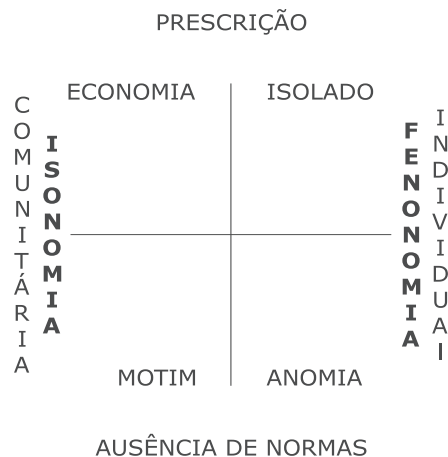
a) Uma proposta original de teoria da delimitação dos sistemas sociais

Inspirado em Marcuse, GR (1989) parte do pressuposto de existência de um caráter unidimensional nos modelos de análise e planejamento dos sistemas sociais que predominam não apenas no campo da administração, mas também naqueles da ciência política, da economia e, mesmo, das ciências sociais em geral. Tal caráter deve-se à centralidade ocupada pelo mercado enquanto categoria de ordenação dos assuntos pessoais e sociais. Diante deste diagnóstico, GR propõe um modelo multidimensional "para a análise e a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado" (GR, 1989, p.140). É precisamente este modelo que ele denomina de "paradigma paraeconômico". Um aspecto fundamental presente na concepção de tal modelo refere-se à assunção de "uma visão de sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dentre os quais, o mercado é apenas um)" (p.140), o que permitiria aos humanos dedicarem-se a formas muito diferentes e, segundo ele, integrativas de atividades substantivas. Além de um pressuposto de

visão de sociedade, tal modelo supõe ainda a idéia de “um sistema de governo capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves” (GR, 1989, p.140).

A proposta do seu paradigma paraeconômico pode ser vislumbrada na figura 1, a seguir. GR (1989) salienta, entretanto, o propósito heurístico do seu modelo, qual seja, as categorias delimitadoras presentes na constituição desse modelo devem ser consideradas como tipos ideais na acepção weberiana do termo. Sua formulação tem, portanto, um caráter muito mais didático do que real. Na prática, os sistemas sociais são sempre mistos, considera o próprio autor.

Figura 1 - O Paradigma Paraeconômico em Guerreiro Ramos



Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 141).

Antes da apresentação das categorias constitutivas do seu paradigma, faz-se importante destacar os dois pares de critérios utilizados pelo autor como eixos de estruturação do seu modelo, a saber: “orientação individual e comunitária”, de um lado, e, “prescrição contra ausência de normas”, do outro.

Em relação ao primeiro caso, a preocupação de GR (1989, p. 141) é com a proposição de um modelo suficientemente amplo para não embutir uma interpretação da conduta humana, que reduz “o indivíduo, ou cidadão, a um agente de maximização da utilidade, permanentemente ocupado em atividades de comércio”. O debate que conduz o autor a esse ponto pode ser resumido nos termos “maximização da utilidade” *versus* “atualização pessoal”, esta última entendida de um ponto de vista muito crítico em relação às tendências de escolha racional. Conforme explica GR (1989):

A delimitação organizacional é, portanto, uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva. A unidimensionalização é um tipo específico de socialização, através do qual o indivíduo internaliza profundamente o caráter – *ethos* – do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais (...). A afirmação inadequada de que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias só se justifica à base de uma abordagem unidimensional da organização. E esse é, precisamente, o erro característico das atuais tendências do pensamento e da prática, no campo administrativo. (...) em vez de proclamar a possibilidade de uma total integração das metas individuais e organizacionais, o paradigma aqui apresentado mostra que a atualização humana é um esforço complexo (GR, 1989, p. 142, 143).

Já em relação ao segundo critério, a preocupação de GR consiste em salientar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais. Sua discussão busca mostrar o caráter inversamente proporcional da relação entre prescrições operacionais e atualização pessoal. Conforme ele explica: “quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é ofereci-

do aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais" (GR, 1989, p.143). O que ocorre em razão da ausência de capacidade autônoma de decisão dos sujeitos sociais diretamente afetados.

O autor sublinha, desse modo, a profunda contradição entre as necessidades individuais e as exigências da organização econômica, que não encontra solução possível no âmbito do chamado comportamento administrativo, o qual "consiste na atividade humana sob prescrições operacionais formais e impostas" (GR, 1989, p.144). Quanto mais esta atividade humana é considerada administrativa, menos ela é propícia à atualização pessoal. A preocupação do autor é de denunciar a tendência da teoria organizacional em identificar esse comportamento administrativo com a própria natureza humana, deixando de reconhecer que se tratam, aí, de uma "síndrome psicológica inerente à economia e aos sistemas ameaçadores em geral" (GR, 1989, p.144). As razões para esse fenômeno encontram-se no processo de superorganização e de despersonalização característico do desenvolvimento das sociedades industriais modernas, nas quais

se espera sempre que o indivíduo viva como um ator, a quem cabe um papel determinado. (...) o indivíduo não dispõe de lugar e tempo verdadeiramente privados, duas condições para uma vida pessoal criativa. (...) Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão predeterminada da realidade (GR, 1989, p. 144-145).

O autor lembra que tal processo apenas reforça à tendência de despersonalização do indivíduo. Em resumo, segundo GR (1989), o reconhecimento dos efeitos psicológicos das prescrições operacionais não significa admitir a necessidade de sua eliminação do mundo social, uma vez que os mesmos têm grande importância na manutenção e apoio de qualquer coletividade. A questão é de delimitação dos enclaves em que podem caber tais prescrições

e nos quais podem até ser legitimamente impostas ao indivíduo. (...) Nos sistemas que visam maximizar a atualização pessoal, as prescrições não são eliminadas. São mínimas, porém, e nunca são estabelecidas sem o pleno consentimento dos indivíduos interessados. Tais sistemas são bastante flexíveis para estimular o senso pessoal de ordem e de compromisso com os objetivos fixados, sem transformar os indivíduos em agentes passivos. A total eliminação das prescrições das normas é incompatível com uma significativa atualização humana, no contexto do mundo social (GR, 1989, p.145-146).

Razão pela qual as categorias *anomia* e *motim*, abaixo discutidas, podem por em risco a tessitura social de uma sociedade. Para o estabelecimento, então, das categorias delimitadoras do seu paradigma paraeconômico, GR (1989) fixa seis conceitos-chave que se posicionam segundo os dois pares de critérios acima esclarecidos, a saber: anomia, motim, economia, isonomia, fenonomia e isolado.

A *anomia* "refere-se a indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não têm o senso de relacionamento com outros indivíduos" (GR, 1989, p.147). O termo, que é tomado emprestado da tradição durkheimiana, ressalta a incapacidade do indivíduo em "criar um ambiente social para si próprio e, simultaneamente, obedecer às prescrições operacionais de organizações importantes para sua subsistência" (GR, 1989, p.147). Em sendo assim, necessitam ser assistidos, protegidos ou controlados por instituições. Entretanto, salienta GR (1989, p. 147), "uma das razões pelas quais as instituições referidas geralmente agravam a condição anômica das pessoas de que cuidam é que seu esquema e administração não são sistematicamente encarados como pertencendo a um enclave social específico".

Já o *motim*, por outro lado, "é a referência de coletividades desprovidas de normas, a cujos membros falta o senso de ordem social" (GR, 1989, p.147). A *economia*, por sua vez, diz respeito a "um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para produção de bens e/ou para a prestação de serviços" (GR, 1989, p.147-148). Enquanto organização típica da sociedade centrada no mercado, ela tende "a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social", dado o seu grau de liberdade (neste tipo de sociedade) "para modelar a mente de seus membros e a vida dos seus

cidadãos, de modo geral" (GR, 1989, p.148). GR parece, neste ponto, ter assimilado a velha preocupação polanyiana relativa aos riscos contemporâneos de uma transmutação de economias de mercado em "sociedade de mercado".

Já as *isonomias* referem-se a um contexto organizacional de livre associação de pessoas, marcado pela absoluta igualdade entre seus membros. Algumas características destacadas pelo autor são: a) o primado de atualização de seus membros em detrimento das prescrições impostas, que são mínimas, e quando inevitáveis, se estabelecem por consenso; b) seu caráter auto gratificante, no sentido em que "as pessoas não ganham a vida numa isonomia; antes, participam de um tipo generoso de relacionamento social, no qual dão e recebem" (GR, 1989, p.150); c) desse modo, ao invés de empregos, suas atividades definem-se como vocações. Ou seja, a maximização da utilidade perde importância enquanto objetivos maiores dos indivíduos; d) além disso, baseia-se num sistema de tomada de decisões caracterizado pela indiferenciação entre a liderança ou gerência e os subordinados, o que distingue a isonomia de uma democracia; e) isto porque, sua eficácia repousa sobre a prevalência de relações interpessoais primárias entre seus membros, o que supõe um limite de tamanho para tanto.

As *fenonomias*, por sua vez, definem-se como

um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais (...). Embora o resultado das atividades empreendidas em fenonomia possa vir a ser considerado em termos de mercado, os critérios econômicos são incidentais, em relação à motivação de seus membros (GR, 1989, p.152).

Finalmente, o *isolado* não constitui propriamente sistema social. Trata-se de um ator que, embora rejeite o sistema em que vive, não encontra-se desprovido de normas. Como explica GR (1989, p. 153): "a despeito de sua total oposição interior ao sistema social em conjunto, encontra ele um canto em que, de forma consistente, pode viver de acordo com seu peculiar e rígido sistema de crença".

b) Uma discussão sobre requisitos adequados para um desenho delimitativo de sistemas sociais

Uma vez descritas as categorias constitutivas do paradigma paraeconômico, cabe a tarefa de construí-lo na prática. E esse é um esforço eminentemente político, exigindo uma avaliação dos requisitos mais adequados à variedade de sistemas sociais. Assim, para GR (1989), a efetividade de uma sociedade multicêntrica, vislumbrada no paradigma paraeconômico, envolve um embate político, de vigorosa resistência às tendências da sociedade centrada no mercado, no sentido de conter sua influência sobre o espaço vital humano. Isto não significa dizer que os objetivos da paraeconomia sejam a supressão do mecanismo de mercado. Segundo o autor, as capacidades sem precedentes criadas por este último, "ainda que por razões erradas (...), pode (...) atender as metas de um modelo multidimensional de vida humana, numa sociedade multicêntrica" (GR, 1989, p.155). A construção de tal tipo de sociedade, enquanto empreendimento intencional,

envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e a seu próprio risco (GR, 1989, p.155).

Para além de um mero exercício abstrato, GR (1989, p. 156) esclarece que esse modelo delimitativo reflete na prática "o tipo de vida procurado por muita gente, em muitos lugares". Tais iniciativas se dão, por outro lado, muito a partir de processos de ensaio e erro, refletindo o seu caráter de incompletude enquanto

sistemas sociais; faltando para sua força impulsionadora, esforços sistemáticos e disciplinados de elaboração teórica. Reside, precisamente, neste ponto um dos propósitos maiores do seu paradigma/modelo: "A formulação de diretrizes de uma nova ciência organizacional, em sintonia com as realidades operativas de uma sociedade multicêntrica" (GR, 1989, p.156).

Partindo, então, do pressuposto segundo o qual a existência de uma variedade de requisitos constitui "qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades de atualização de seus membros" (GR, 1989, p.156), a tarefa que se propõe GR, então, é precisamente a de definir os requisitos de planejamento próprio a cada sistema social. Para tanto, ele passa a examinar cinco dimensões principais de tais sistemas: tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo.

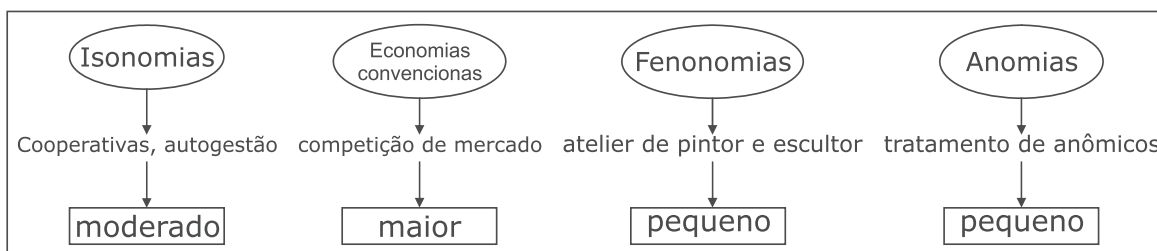
No que diz respeito à *tecnologia*, GR sublinha sua condição de ser inerente a qualquer sistema social, constituindo-se como parte essencial de apoio à estrutura do mesmo. Ela pode ser encontrada "no conjunto de normas operacionais e de instrumentos através dos quais se consegue que as coisas sejam feitas" (GR, 1989, p.157). A preocupação em harmonizar a tecnologia de um dado sistema social com os seus próprios objetivos específicos, como particularmente presente no conceito de sistema sócio-técnico, representa aquilo que deve ser assimilado "pelos planejadores de sistemas sociais de confronto" (GR, 1989, p.157).

A dimensão do *tamanho* diz respeito a um tópico que tem merecido muito pouca importância no campo teórico, por ter prevalecido, em nosso ambiente cultural, a crença segundo a qual *quanto maior, melhor*. Em contraponto a tal princípio, GR (1989, p.158) salienta que "a eficácia de um cenário social na consecução de suas metas e na ótima utilização dos seus recursos não acarreta, fatalmente, um aumento de tamanho. (...) precisamos aprender a arte do planejamento de cenários sociais capazes de perdurar". GR parte, então, para a proposição de três premissas a esse respeito:

- I - "A capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho";
- II - "Nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido mediante investigação *ad hoc*, no próprio contexto";
- III - "A intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proposição direta do aumento de seu tamanho" (GR, 1989, p.159).

O autor conclui, portanto, que o tamanho requerido depende, fundamentalmente, da própria natureza de cada sistema social e seus requisitos básicos. Como ele exemplifica: "as economias de caráter isonômico, isto é, certos tipos de cooperativas e de empresas em que a administração e a propriedade são coletivas, preceituam tamanhos bastante moderados" (GR, 1989, p.159). Já no caso de economias atuando em regime de competição, nas quais a divisão do trabalho, a impessoalidade, a especialização são estruturantes, requerem largas proporções. A figura 2, a seguir, visa refletir sobre dimensão tamanho na sua relação com as categorias constitutivas do seu paradigma:

Figura 2 - A Dimensão Tamanho no Paradigma Paraeconômico



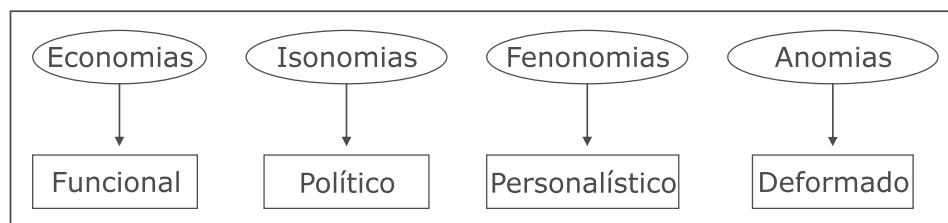
Fonte: elaboração própria

Já em relação à dimensão da *cognição*, o autor salienta a correlação direta entre a variedade de formas de conhecimento e a natureza de cada sistema social – apoiando-se, segundo ele, em Gurvitch –, e classifica os sistemas cognitivos de acordo com seus interesses dominantes – baseado em Habermas. Assim, para GR (1989):

Um sistema cognitivo é essencialmente funcional quando seu interesse dominante é a produção ou o controle do ambiente; é essencialmente político, quando seu interesse dominante é o estímulo dos padrões de bem estar social, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (*personalogic*), quando o seu interesse é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Um sistema cognitivo deformado é aquele desprovido de um único interesse central (GR, 1989, p.160-161).

A figura 3, a seguir, correlaciona os tipos de sistemas cognitivos mais predominantes em cada enclave delimitativo sugerido por GR em seu paradigma. Ele ressalta ainda a possibilidade de convivência de mais de um tipo de sistema cognitivo em dado sistema social, como é o caso das economias de caráter isonômico ou certas instituições educacionais. A preocupação maior do autor, por outro lado, é a de tentar mostrar que “a abrangência total do sistema de mercado, numa sociedade como a nossa, envolvendo continuamente os indivíduos em seus padrões cognitivos intrínsecos, pode invalidá-los para a ação como membros eficientes de fenomenias ou isonomias” (GR, 1989, p.161). Razão pela qual, no planejamento de tais sistemas sociais, o autor chama atenção para o esforço necessário em “proporcionar aos indivíduos condições adequadas a seus específicos e dominantes interesses cognitivos” (GR, 1989, p.161).

Figura 3 - A Dimensão Cognição no Paradigma Paraeconômico



Fonte: elaboração própria

No que diz respeito à dimensão do *espaço*, a preocupação inicial de GR é a de sublinhar o fato de que a expansão do sistema de mercado, nos últimos dois séculos, terminou por ocupar progressivamente os espaços reservados aos sistemas sociais, tornando-se a principal força impulsionadora da vida dos indivíduos. O exemplo mais contundente a esse respeito que ele mobiliza é, justamente, aquele da arquitetura das cidades contemporâneas, que atende principalmente às exigências do mercado. Sua análise explora as consequências econômicas, sociais e arquitetônicas da revolução industrial. Sua tese, nesse ponto, consiste em sugerir que

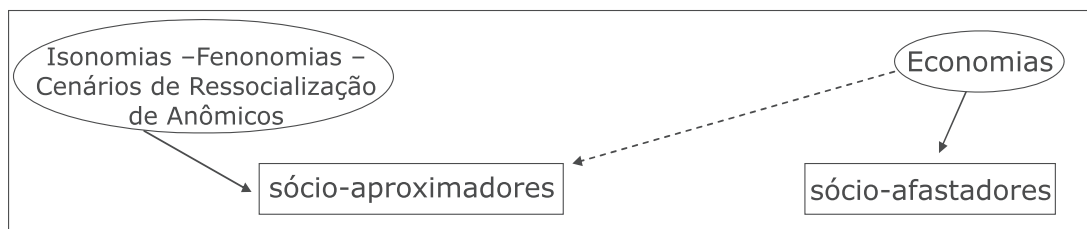
a deterioração das condições da vida comunitária do povo tem sido uma consequência normal da expansão do sistema de mercado. (...) A recuperação de espaço para a vida pessoal e comunitária deveria constituir, agora, meta prioritária de cidadãos e governos, pela exigência de adequada delimitação do sistema de mercado (GR, 1989, p.162).

Contudo, o exame da dimensão de espaço pelos especialistas de organização enfatiza apenas os propósitos econômicos, negligenciando como a vida das pessoas é afetada em sua plenitude. A preocupação maior do autor é a de indicar “algumas implicações da dimensão espaço no planejamento dos ambientes sociais” (GR, 1989, p.163). Seu pressuposto é de que “exigências específicas de dimensões espaciais são inerentes a cada tipo de cenário social” (GR, 1989, p.163). Para tanto, é preciso privilegiar o ponto de vista antropológico na análise de importantes aspectos do espaço vital humano, o que GR faz ao sublinhar a distinção – apoiado em Hall – entre espaços sócio-afastadores e espaços sócio-aproximadores, ou seja, aqueles que mantêm as pessoas separadas, de um lado,

e aqueles que estimulam o convívio, do outro, sendo cada um deles necessários por diferentes razões. Entretanto, “o que deveria ser evitado é o descuidado agravamento das dimensões sócio-afastadoras do espaço nos sistemas sociais, onde as mesmas devem ser sócio-aproximadoras”, ou centrípetas (GR, 1989, p.164). É assim que, para o autor, são os riscos de deterioração ecológica de uma sociedade que se impõe diante da expansão do mercado na sua capacidade em explorar outros espaços. Para concluir esse ponto, sugere GR (1989):

espaços sócio-aproximadores, de preferência aos sócio-afastadores, deveriam prevalecer nas isonomias e fenonomias, da mesma forma que em cenários projetados para ressocializar indivíduos anômicos. Em razão da natureza de suas atividades, as economias são sistemas em que espaços sócio-afastadores devem prevalecer, embora com alcance limitado, espaços sócio-aproximadores sejam também funcionalmente necessários em tais cenários (GR, 1989, p.167).

Figura 4 - A Dimensão Espaço no Paradigma Paraeconômico



Fonte: elaboração própria

Finalmente, no que diz respeito à dimensão *tempo*, GR ressalta inicialmente que, embora tal dimensão tenha sido já tratada na teoria organizacional convencional, inclusive como uma categoria importante do planejamento, é apenas o tempo inerente aos sistemas econômicos de mercado que tem prevalecido. Isto se deve, segundo ele, a muito conhecida influência tayloriana na administração, em que o tempo é tratado “apenas como uma mercadoria, ou um aspecto da linearidade do comportamento organizacional” (GR, 1989, p.167). Corolário de tal situação, é a incapacidade de transcender-se a esta concepção tayloriana do tempo na maior parte dos estudos em teoria organizacional hoje, adverte GR. Assim, para o autor, como essa dimensão “não constitui o impulso fundamental de uma variedade de sistemas sociais, tais como as isonomias, as fenonomias e as diferentes formas pelas quais se mesclam as economias” (GR, 1989, p.167), logo, torna-se tarefa fundamental a proposição de uma abordagem multidimensional do tempo enquanto categoria para o planejamento dos sistemas sociais; o que é justamente proposto em seu paradigma paraeconômico.

Para tanto, GR (1989) se apóia na tipologia de dimensões temporais dos sistemas sociais elaboradas por Gurvitch, para sugerir as seguintes categorias: tempo serial, linear ou seqüencial; tempo convival; tempo de salto; e, tempo errante. Tais categorias de tempo apresentam correlação direta com os sistemas sociais propostos em seu paradigma. Assim, para GR, o tempo serial prevalece em sistemas sociais do tipo economias, pois estes são “incapazes de atender às necessidades humanas cuja satisfação envolva uma experiência de tempo que não possa ser estabelecida em termos de séries” (GR, 1989, p.168). Já o tempo convival, característico de cenários isonômicos, constitui “uma experiência de tempo em que aquilo que um indivíduo ganha em seus relacionamentos com as outras pessoas não é medido quantitativamente, mas representa uma gratificação profunda por se ver liberado de pressões que lhe impedem a atualização pessoal” (GR, 1989, p.169). Imerso na experiência do tempo convival, o indivíduo esquece o tempo serial:

Quando um grupo de pessoas partilha esse tipo de experiência temporal, seus membros relaxam, tendem a confiar uns nos outros e a expressar, com autenticidade seus sentimentos profundos. Aqueles que participam dessa interação social não vêem os outros, nem os tratam como objetos, mas como pessoas. Aceitam-

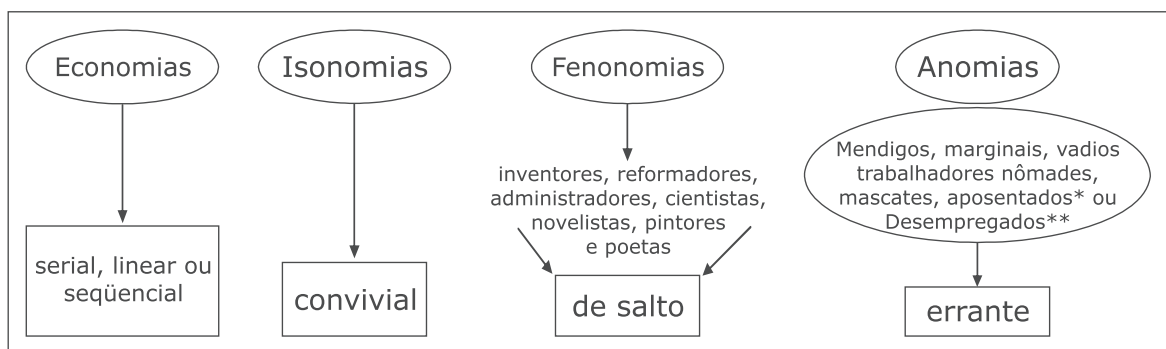
se e estimam-se pelo que são, independentemente de suas posições empresariais, ou seu *status* no ambiente competitivo de mercado (GR, 1989, p.169).

O tempo de salto, por sua vez, é característico das fenomenias, segundo o autor. Trata-se de “um tipo muito pessoal de experiência temporal, cuja qualidade e ritmo refletem a intensidade do anseio do indivíduo pela criatividade e auto-esclarecimento” (GR, 1989, p.169). Também não passível de quantificação, tal tipo de tempo constitui “um traço de certo tipo de íntima vida pessoal, quando envolvida em jornadas auto-exploratórias e/ou em esforços culminados por importantes arrancadas” (GR, 1989, p.169). Neste sentido, pondera o autor:

Quando entregue a experiências simbólicas, o indivíduo ultrapassa os limites sociais imediatos da vida cotidiana. É nesse sentido que devemos entender que toda socialização é uma alienação do mundo interior da psique. A socialização tem aspectos contraditórios: sem ela o indivíduo não sobrevive como membro da espécie, mas quando inteiramente dominado por ela, o ser humano – homem ou mulher – perde seu caráter de pessoa (GR, 1989, p.170).

Finalmente, o tempo errante é definido em GR como “um tempo de direção inconsistente”, em que as pessoas teriam uma “experiência imprecisa de sua agenda existencial” (p.170). Embora as ilustrações mais comuns remetam às figuras do sujeito anômico ou quase-anômico, GR cita casos clássicos de grandes escritores (como Orwell ou Hemingway) que parecem ter experimentado essa forma de tempo e que resultaram posteriormente em grandes obras,

Figura 5 - A Dimensão Tempo no Paradigma Paraeconômico



Fonte: elaboração própria

Nessa discussão, O autor pretende desconstruir a tendência de unidimensionalização do tempo, particularmente presente nas teorias econômica e organizacional. Sua preocupação reside nos riscos de deformação psíquica dos sujeitos sociais vivendo num mundo em que a lógica do tempo social inerente ao mercado torna-se determinante da natureza da temporalidade social em seu conjunto. A alta incidência de “apatia, alcoolismo, vício de drogas, insônia, colapso nervoso, estresse, suicídio, ansiedade, hipertensão, úlceras e doenças cardíacas” são, assim, vistas como sintomas de uma “patologia normal”, característica das sociedades industriais contemporâneas, já que nestas opera-se uma “sincronização da vida humana às exigências do sistema de mercado” (GR, 1989, p.172).

O autor mostra, então, como a sociedade centrada no mercado priva “o indivíduo da variedade de experiências de tempo que ele sempre encontrou à sua disposição, até o surgimento dessa sociedade” (GR, 1989, p.172). Ele cita o exemplo de alguns calendários de sociedades pretéritas, para sublinhar a importância do tempo não relacionado à condição do trabalhador, cujas pessoas se dedicavam muito às festividades e celebrações de diversos tipos. O autor propõe uma inversão do processo de sincronização acima destacado, “ajustando o mercado para funcionar em consonância com as exigências dos sistemas sociais que elevam a qualidade da vida comunitária em geral, da convivência e da atualização pessoal dos indivíduos (GR, 1989, p.173). Referindo-se à realidade americana da época em que escreveu esse texto (segunda metade dos anos 70), o autor afirma que

tal movimento já se encontrava em curso por meio de iniciativas espontâneas de muitos cidadãos "engajados numa série multifacetada de experiências sociais alternativas" (GR, 1989, p.173). É justamente o estudo das implicações políticas de tal tendência que o autor passa, então, a investigar na sua discussão da paraeconomia como paradigma e modelo multicêntrico de alocação de recursos.

c) Paraeconomia como paradigma e modelo multicêntrico de alocação de recursos

A paraeconomia é concebida por GR como "proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos" (GR, 1989, p. 177). O paraeconomista, segundo GR, seria todo cidadão que pensa e busca implementar cenários alternativos aos sistemas centrado no mercado. No nível da análise e planejamento de sistemas sociais, ao invés de um enfoque centrado no mercado, tal paradigma pressupõe a idéia de "uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida, na conformidade de seus respectivos critérios intrínsecos" (GR, 1989, p. 178). Assim, do ponto de vista de uma política paraeconômica, afirma-se a necessária legitimidade das isonomias e fenonomias (para além das economias) como agências, por meio das quais se deve efetivar a alocação de mão-de-obra e de recursos para uma viabilização da sociedade em seu conjunto.

Como embasamento da sua proposição, GR relembra as duas formas básicas de implementação de diretrizes e decisões alocativas numa sociedade: de um lado, as transferências nos dois sentidos, característica das economias de troca, e, do outro, as transferências em sentido único, próprio das chamadas economias de subvenções – termo que GR toma emprestado de K.Boulding. Os critérios de avaliação da eficácia alocativa, no primeiro caso, são definidos a partir da contabilidade convencional de preço/lucro. Contudo, adverte GR (1989):

a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não resultam apenas das atividades desses sistemas centrados no mercado. Qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca. A avaliação da eficácia desses processos alternativos e de seus ambientes sociais envolve mais do que uma contabilidade direta de fatores de produção. Sua contribuição para a viabilidade do conjunto social não pode ser determinada numa estrutura convencional de custo/benefício. Esses sistemas, normalmente, não podem funcionar, a menos que sejam financiados por subvenções (GR, 1989, p. 178).

A questão importante, nesse ponto, diz respeito à reflexão sobre quais atividades numa sociedade deveriam ser financiadas por subvenções ou organizações segundo um critério de troca, algo que não é desenvolvido por GR.

De todo modo, o autor critica o caráter estreito da concepção de recursos e produção próprios aos modelos alocativos dominantes. Estes, baseados numa lógica de mercado, entendem recursos e produção apenas enquanto insumos e produtos de atividades de natureza econômica. Assim sendo, tudo o que resulta de atividades domésticas que esteja relacionado a atividades associativas de todo tipo, baseadas em engajamento voluntário ou militante, não pode ser considerado formalmente como "fatores contributivos da riqueza nacional". Desse ponto de vista, até mesmo uma grande parte da atividade dita camponesa também não pode ser considerada produtiva. Nesta lógica, o fato do produto do trabalho não ser diretamente transferível para o mercado, o leva a ser ignorado pelo sistema oficial de estatística, fazendo com que "um imenso reservatório de recursos e de capacidade produtiva seja negligenciado e permaneça inexplorado pelos modelos alocativos predominantes" (p.180).

Diferentemente dessa visão, no paradigma paraeconômico, a concepção de produção e consumo considera, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. Para GR (1989, p.180), existem dois pontos cegos no modelo alocativo convencional: em primeiro lugar, a identificação do indi-

víduo produtivo como detentor de emprego; em segundo lugar, a pressuposição de que “o montante e a qualidade do consumo do cidadão estão expressos naquilo que ele compra”, importando, desse modo, muito mais o que o mercado é capaz de vender e as pessoas são levadas a consumir, do que propriamente o que elas necessitam. Conforme considera o autor:

presas entre essas ilusões e entre esses pontos cegos, as políticas alocativas do governo têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado, para tirar vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte de uma sociedade multicêntrica (GR, 1989, p. 181).

Um outro pressuposto necessário de ser revisto com a adoção de um paradigma paraeconômico diz respeito à questão dos recursos finitos. Para o autor,

um sadio conceito de recursos inclui mais do que aquilo que o mercado se inclina a definir como recurso. Inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais a epistemologia mecanística inerente à lei clássica da oferta e da procura não tem sensibilidade (...). Limites às atuais atividades do mercado não representam, necessariamente, limites ao crescimento. Há abundância de recursos e substancial capacidade produtiva que permanecem ociosas, graças à falta de adequado esquema teórico para organização dessas potencialidades. Do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento (GR, 1989, p. 181).

O avanço da proposta paraeconômica, segundo GR, depende muito da capacidade de se livrar da herança conceitual do modelo convencional de alocação, o qual se baseia em três pressuposições fundamentais: a primeira que considera que “os critérios para avaliação do desenvolvimento de uma nação são essencialmente os mesmos que dizem respeito às atividades que constituem a dinâmica do mercado” (GR, 1989, p. 181) – o que leva a uma identificação simplista entre desenvolvimento e PIB; a segunda que define a natureza humana como “o conjunto de qualificações e disposições que caracterizam o indivíduo como um detentor de emprego e como um comprador insaciável” (GR, 1989, p. 181) – orientando um processo de socialização dos indivíduos cujo valor supremo fixa-se a partir da capacidade de consumo do sujeito; e a terceira, estabelecendo que “a eficácia da organização e das instituições em geral é mensurada do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para a maximização das atividades do mercado” (GR, 1989, p. 182) – acarretando a unidimensionalização de teorias e práticas organizacionais.

O autor mostra, na sequência, como tais pressupostos estão presentes na ciência política convencional, em especial, no seu enfoque do processo de formulação política, baseado numa racionalidade instrumental. Da mesma forma, as abordagens convencionais do desenvolvimento, consideradas, por ele, como “desorientadoras”, tomam o mercado como a “referência principal do processo de alocação de recursos”. Concebe-se o desenvolvimento como fruto do aumento no volume das atividades de troca e/ou da própria expansão do mercado. Neste ponto, o modo de avaliação do fenômeno da economia dual em países periféricos é, particularmente, emblemático: tais países seriam, então, considerados subdesenvolvidos pelo fato de possuírem “populações vivendo em áreas não incluídas no mercado”. Segundo essa lógica, se a economia dual constituiria um obstáculo ou freio ao desenvolvimento, logo, a resposta dos formuladores de políticas convencionais consistiria em “incorporar a população inteira do país ao sistema de mercado” (GR, 1989, p. 185). GR relembra, então, os resultados conhecidos desse tipo de política em diferentes países (centrais e periféricos):

a má formação urbana ou a exagerada concentração da população em grandes cidades, o aumento da taxa de anomia, o agravamento da síndrome behaviorista, com todas as suas deformadoras conotações psicológicas, a diluição da identidade cultural dos cidadãos e a destruição da competência artesanal que os capacitava a garantir, autonomamente, a própria e significativa sobrevivência (GR, 1989, p. 185).

Assim, questionando a estreiteza de visão presente na interpretação vulgar do fenômeno da economia dual, GR (1989) ressalta a existência de dois tipos de sistemas de produção característicos de todas as nações contemporâneas: o sistema de orientação para o lucro, de um lado, e, os sistemas de orientação mútua, do outro. Relacioná-los sempre de maneira antagônica, como na idéia de dualidade econômica, significa incorrer numa visão míope do fenômeno. Esta é precisamente a postura dos formuladores de política econômica (e ele pensa especialmente no caso norte-americano), os quais, subjugados a uma mentalidade de mercado, deixam de considerar o potencial maior de sua estrutura de produção. O autor mostra então a importância dos sistemas de produção orientados para a mutualidade na estrutura econômica norte-americana. Do ponto de vista da formulação de políticas de governo, é o apoio adequado e sistemático a iniciativas particulares, as quais expressam inovações importantes em termos de esquemas construtivos de alocações de recursos, que pode representar, segundo o autor, os antídotos eficazes contra os vícios e distorções causadas pelo sistema de mercado. No entanto, não apenas acontece falta de reconhecimento dessa possibilidade na política oficial americana, alega GR (1989), quanto tal fenômeno tem sido acompanhado de um sentimento de desprezo pela chamada economia de subvenções.

Para o autor, essa economia dual norte-americana, caracterizada pelo setor de troca e pelo setor de subvenções, não deveria ser visto como uma anormalidade, nem cada setor "ser classificado segundo os imperativos de meta do outro. Ambos os setores deveriam ser visualizados em sua distinta e específica natureza e como executores de funções complementares e socialmente integrativas" (GR, 1989, p.187). Contudo, argumenta o autor, a má gestão das subvenções por quem as concede, sejam os entes públicos ou privados, gera conseqüências dramáticas, como a questão do desemprego, pois como a incapacidade do sistema de mercado em absorver o contingente populacional em idade ativa não é vista como um problema estrutural do sistema (pela grande maioria dos formuladores de política), mas, normalmente, atribuída às vicissitudes temporárias da economia, acaba ocorrendo um processo de estigmatização e de degradação social da população desempregada (absorvida pelos sistemas de previdência e assistência social), que assume a condição de desempregado como uma incapacidade pessoal. Neste sentido, a idéia de uma plena ocupação da força de trabalho, escapa completamente a visão dos formuladores de política reféns de uma mentalidade de mercado. Contudo, argumenta GR,

um ato de imaginação poderia permitir que a reserva de capacidade ociosa, representada pelas pessoas sem empregos formais, fosse mobilizada para a corrente principal do sistema de produção americano, através da alocação desses fundos de assistência e previdência social, não como um simples auxílio benevolente, mas como subvenções para financiamento das atividades e da criatividade dos cidadãos, em empreendimentos de orientação mútua e comunitária, socialmente reconhecidos (GR, 1989, p.188).

Segundo o autor, "um dos objetivos das políticas paraeconômicas é uma equilibrada alocação de recursos" (GR, 1989, p.188). Neste sentido, a existência de uma economia dual passa a ser vista antes como uma vantagem, ao invés de um inconveniente:

A coexistência de sistemas de orientação mútua, nos quais os respectivos membros produzem para si mesmos uma grande parte dos bens e serviços que diretamente consomem, e de sistemas orientados para o lucro, em que os membros são, essencialmente, detentores de emprego, que tiram de seus salários o poder aquisitivo que lhes proporcionará todos os bens e serviços de que necessitam (GR, 1989, p.188).

Outra questão levantada pelo autor se refere ao fato de as políticas serem formuladas sem se considerar a peculiaridade cultural de cada sociedade, sendo este um processo inerente ao sistema de mercado, o qual induz, por meio das nações industriais hegemônicas do ocidente, "o resto do mundo a se ajustar à sua inclinação expansionista" (GR, 1989, p.189). É precisamente contra as con-

seqüências práticas dessa ideologia anglo-saxônica, particularmente no que se refere aos seus efeitos de deterioração do meio-ambiente e de exaustão das reservas de fontes de energia renováveis ou não renováveis que surgiram, em certos setores do pensamento teórico, uma reavaliação crítica dessa economia clássica, e muito especialmente, "tentativas de elaboração de uma ciência da alocação de recursos como disciplina ecológica" (GR, 1989, p.189).

Ao destacar a contribuição de Georgescu-Roegen – o qual, mais do que se contentar com uma análise das "distorções ecológicas resultantes da prática da economia clássica", estabeleceu "os pressupostos fundamentais da nova ciência da alocação" (GR, 1989, p. 189), num esforço de pensar uma reorientação do processo de alocação de recursos em escala mundial – GR (1989) afirma que

a produção de bens e serviços deveria ser promovida mediante o máximo uso de recursos renováveis e o mínimo uso razoável dos não renováveis. A escassez dos recursos não renováveis não é de natureza temporária e tratar sua utilização e alocação em termos de mecanismos de mercado, isto é, como se devessem ser apreçados de acordo com a lei clássica da oferta e da procura, é uma ilustração da regra utilitário-hedonista do *après-moi le déluge* (GR, 1989, p.190).

A partir dessa argumentação, GR afirma o caráter ecológico e social do paradigma paraeconômico, para além da consideração sobre a termodinâmica da produção. Ele enxerga a institucionalização de uma sociedade multicêntrica em termos incertos, seu êxito dependendo da capacidade criadora de aproveitamento de outras possibilidades pelos agentes. Para tanto, torna-se imperativo, segundo ele, restringir ou delimitar o grau de influência das organizações econômicas sobre a existência humana como um todo. Conforme ele explica:

Por serem as organizações econômicas precisamente aquelas que mais retiram insumos do limitado orçamento da matéria-energia de baixa entropia disponível, deveriam elas ser rigorosamente replanejadas, tendo-se em mente um interesse ecológico. Deveriam tais organizações ficar circunscritas a um enclave, como parte de uma sociedade multicêntrica provida de muitos cenários para propósitos autocompensadores, envolvendo consumo mínimo de insumos de baixa entropia (GR, 1989, p.191).

Ao final, revelando seu otimismo e senso militante, GR é categórico:

O mundo industrial em que vivemos também começou como uma possibilidade objetiva. Foi modelado no decorrer de todo um processo acumulativo de inovação institucional, deliberadamente empreendido por muitos indivíduos. Podemos estar agora num similar estágio incipiente de institucionalização, de que pode emergir uma alternativa para a sociedade centrada no mercado – a sociedade multicêntrica ou reticular (GR, 1989, p.191).

Refletindo sobre o Legado Guerreirista de um Paradigma Paraeconômico hoje: a fecundidade da noção de economia plural

A ênfase numa idéia de sociedade multicêntrica em GR parece bastante próxima de algumas preocupações recentes em torno da luta pelo reconhecimento institucional de uma economia plural, particularmente forte na Europa. De um ponto de vista conceitual, a idéia de economia plural representa um legado importante da abordagem polanyana, que constitui uma das grandes fontes de inspiração de GR em *A nova ciência*. Entretanto, o conceito de economia plural em Polanyi (1975; 1980) não está dado em si mesmo. Ele pode ser deduzido claramente de sua abordagem crítica do funcionamento da economia real. Conforme esclarece Laville (2003); a referência a uma economia plural em Polanyi constitui uma grade de análise fortemente apoiada nos próprios fatos e que pode iluminar tanto as complementaridades quanto as tensões e os conflitos entre as diversas polaridades econômicas. De fato, o caráter subjacente do conceito de economia plural em Polanyi deriva do modo específico de leitura e compreensão das lógicas de organi-

zação e funcionamento da economia real, tanto ao longo da história, quanto, especialmente, na modernidade.

Entendendo o conceito de economia plural

De fato, Polanyi (1975) propõe uma visão da economia constituída por quatro pólos de produção e distribuição de riqueza, cuja articulação varia segundo as épocas e os quais estão associados a quatro princípios do comportamento econômico: a economia mercantil associada ao cálculo utilitário (ou interessado); a redistribuição associada à obrigação (a redistribuição repousa sobre encargos cujas regras impõem-se obrigatoriamente àqueles que estão submissos); a reciprocidade associada à dádiva; e, a domesticidade, uma forma de reciprocidade limitada ao grupo fechado (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A introdução da comunidade política moderna implicou um rearranjo desses princípios, o que conduz, segundo Laville (1994), a se distinguirem três economias: a economia mercantil, a economia não-mercantil (estatal-redistributiva) e a economia não-monetária – que reagrupa, de certo modo, a economia reciprocitária e a economia doméstica, designando um amplo campo de atividades não monetárias como a auto-produção, o voluntariado, o trabalho doméstico etc.

Como desdobramento do trabalho de Polanyi (1975), é possível associar, a cada uma dessas três economias, um princípio do comportamento (Laville, 1994): à economia mercantil, o interesse individual; à economia não-mercantil, a obrigação; e, à economia não-monetária, um “impulso reciprocitário” que nada mais é do que a lógica da dádiva. Tal lógica, segundo Mauss (2001), constitui um sistema de relação de trocas específico, baseado em três momentos – o dar, o receber e o retribuir – em que os bens circulam de modo horizontal, com o objetivo de perenizar os vínculos sociais.

A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, interessada e desinteressada, a dádiva é essencialmente paradoxal. Esta compreensão representa uma das descobertas empíricas centrais de Mauss em seu famoso *Ensaio sobre a dádiva*. Isto é, uma lógica, segundo a qual boa parte das sociedades humanas funcionou baseada num sistema de trocas muito diferente daquele da racionalidade econômica moderna. Apoiando-se justamente neste trabalho seminal de Mauss, de 1923, e, em particular, no seu conceito de dádiva, uma via paradigmática fecunda tem se desenvolvido, inicialmente na França e, em seguida, em outros países, numa perspectiva de refundação de certos pressupostos dominantes das ciências sociais. Tal perspectiva concentra uma crítica importante sobre o legado economicista que se apoderou das ciências sociais. São os trabalhos do chamado movimento antiutilitarista nas ciências sociais, amplamente publicados e debatidos pela *Revue du M.A.U.S.S.*, coordenada por Alain Caillé, na França.

O que se pretende sublinhar nesta discussão é o caráter plural da economia, irreduzível apenas ao pólo mercantil (CAILLÉ, 2003). Essa irreduzibilidade do econômico ao mercantil é o que permite a apreensão de grande parte da vida econômica regida prioritariamente pela solidariedade, o que garante a sobrevivência de grande parte das populações, sobretudo em países do Sul. São, portanto, as mais variadas formas de relações de troca, sem tradução monetária e alimentando um circuito econômico ampliado, que passam a ser incorporados à análise do funcionamento econômico, com a noção de economia plural.

Constata-se, desse modo, que não apenas as economias de mercado não são exclusivamente mercantis, como também sua prosperidade repousa sobre os pólos não-mercantil (especialmente todas as infra-estruturas financiadas pelos poderes públicos) e não-monetário, ou ainda, reciprocitário, isto é, sobre as relações familiares, de amizade, de vizinhança etc.. Este olhar plural da dinâmica econômica rejeita a idéia de economia de mercado como fonte exclusiva de riqueza, criticando a assimilação de toda forma de economia a uma economia parasitária do mercado. A visão ampliada da economia, introduzida com tal conceito, implica enxergar os

três pólos (mercantil, não-mercantil e não-monetário) na sua complementaridade, enquanto criadores e consumidores de riqueza. A redução à idéia de mercado, que se torna insustentável nesse modo de ver a economia, corresponde, então, à superação do mito do progresso e da crença no crescimento econômico como fonte exclusiva de desenvolvimento e felicidade (FRANÇA FILHO, 2007).

É precisamente esse caráter plural da economia que leva Polanyi (1980) a considerar que vivemos não num sistema capitalista, mas num sistema de predominância capitalista. A visão de que nem tudo é mercado auto-regulado também está presente em outros autores, com destaque para a abordagem braudeliana que considera o funcionamento econômico ao longo da história das sociedades humanas, assim como da própria modernidade, baseado na metáfora de um edifício com três estágios (VESCHAVE, 1996): no andar de cima, existe o chamado capitalismo, caracterizada pela economia oligopolista de mercado; no andar do meio, funciona uma economia de mercado, caracterizado pela competição entre pequenas e médias empresas; e na base do edifício existe uma chamada economia do térreo, equivalente ao que entendemos hoje como uma imensa "economia dos setores populares" (KRAYCHETTE, 2002), baseada em formas multifacetadas de organização e produção econômica donde exercem grande influência as diferentes modalidades de formas não-capitalistas de produção.

As limitações do paradigma de mercado diante de grandes impasses contemporâneos

A assunção de que nem tudo é mercado auto-regulado costuma até ser admitida pelos defensores de um paradigma de mercado, diante das evidências empíricas fundamentadas sociológica e antropologicamente. A questão se desloca, no entanto, para um outro plano discursivo, qual seja, saber sobre as possibilidades efetivas de construção de alternativas econômicas fora da lógica mercantil. E nesse quesito parece haver uma espécie de unanimidade em torno da crença no paradigma de mercado como único legítimo e capaz de proporcionar desenvolvimento. Tal crença apóia-se na idéia de que as alternativas estariam sempre necessariamente condenadas a existir numa condição de subalternidade em relação à dinâmica da acumulação capitalista, existindo enquanto formas residuais, dependentes e, mesmo, parasitárias de economia. Outras vezes, as alternativas são vistas como funcionais ao sistema de mercado, na medida em representariam saídas assistenciais diante de situações de extrema pobreza.

Tal debate poderia até não ter razão de existir se o sistema econômico no qual vivemos não apresentasse imperfeições graves no seu modo de regulação. Nesta perspectiva, o recrudescimento do desemprego em muitos países desde os anos 80 parece testemunhar a aparição de um fenômeno de proporções devastadoras para o futuro do atual marco regulatório das sociedades contemporâneas. Tal fenômeno tem sido mais comumente batizado sob a expressão "crise do trabalho", especialmente no âmbito da sociologia do trabalho (AZNAR, 1993; RIFKIN, 1995; GORZ, 1997 e 1988; CASTELS, 1995; De MASI, 1999; LAVILLE, 1994 e 1997).

A crise do trabalho revela os limites do paradigma de mercado na capacidade de gerar respostas credíveis e sustentáveis. Isto porque as soluções tentadas dentro nessa perspectiva não apresentam resultados satisfatórios. Elas insistem numa lógica de inserção de um público que não cabe, proporcionalmente, no contingente de oferta de trabalho que a economia de mercado é capaz de gerar, mesmo apelando-se para o aumento do nível de qualificação médio da força de trabalho. A última esperança de solução dentro desse paradigma também revela suas fragilidades, ou seja, o empreendedorismo privado (alçado à condição de nova ideologia de mercado, capaz de operar o milagre da transformação de ex-assalariados em situação de desemprego para a condição de novos detentores de micro e pequenos negócios) não funciona para a maioria, conforme atestam os dados do Sebrae, sobre a baixíssima longevidade dos micro e pequenos negócios no Brasil (FRANÇA FILHO, 2008).

Em resumo, na economia de mercado, não há espaço para todos os que precisam de trabalho. Porém, essa consideração não é admitida e a questão permanece: qual solução para o impasse da crise do trabalho nas sociedades contemporâneas? A resposta para tanto, segundo o paradigma de mercado, não pode ser outra: é preciso fazer a economia crescer! Outras questões se impõem, então: a que níveis de crescimento é possível satisfazer o tamanho da demanda por trabalho? Tais níveis são possíveis de serem alcançados? E mesmo que os fossem, quais seriam as conseqüências em termos de impacto ambiental? É precisamente em relação a este tipo de impasse que se coloca a preocupação de Guerreiro Ramos com a paraeconomia e todo o horizonte de discussão e prática de uma outra economia.

*Conclusão: paraeconomia e economia plural como
fundamento de novos caminhos a serem explorados – o
horizonte de uma economia solidária*

O impasse vivido pelas sociedades contemporâneas diz respeito não ao esgotamento do modelo de mercado, mas precisamente à sua insuficiência enquanto modo de regulação sócio-econômico. O modelo não está esgotado pela sua importância institucional atual, ou seja, ele organiza e estrutura a vida (direta ou indiretamente) de uma parcela expressiva da população mundial, mas, por outro lado, é insuficiente pelo seu próprio caráter excludente, sua incapacidade de absorver o conjunto das pessoas que necessitam de trabalho, refletida numa lógica de assimilação da força de trabalho como um insumo; portanto, um custo, passível de minimização para o objetivo de maximização da riqueza produzida. Inventar-se, assim, um sistema sócio-econômico capaz de aumentar a riqueza produzida prescindindo da inclusão do sujeito humano. Tal fato não constitui uma opção do sistema, mas sim sua própria condição de necessidade diante da lógica de adequação meios-fins operante. Além disso, tal modelo apresenta uma grave limitação que está relacionada aos impactos e conseqüências ambientais do planeta face à sua lógica intrínseca de crescimento econômico [conforme lembrava GR (1989), apoiado em Polanyi e Roegescu].

Assim, se o impasse atual explica-se pelo modo como a economia se organiza ou se estrutura, logo, sua solução implica o fortalecimento e consolidação de uma outra economia. Essa é, de certa forma, a mensagem implícita tanto no legado guerreirista de um paradigma paraeconômico, quanto na própria defesa de uma economia plural. Em ambos os casos, sua efetivação prática pressupõe o reconhecimento e fortalecimento de um novo campo institucional, que pode ser muito bem representado, ao que nos parece, pelo exemplo da economia solidária como expressão de uma outra economia (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO, 2007, 2008; SINGER, 2002; GAIGER, 2004). Nesta direção, ao menos cinco implicações são importantes a considerar:

- a) a primeira diz respeito à necessidade de um marco legal que reconheça formas específicas de organizações de economia solidária, muito próximas, ao que nos parece, do conceito de isonomias em GR, conforme discutido antes. Diferentes exemplos de empreendimentos solidários como cooperativas múltiplas de produção e serviços, associações sócio-produtivas, bancos comunitários de desenvolvimento etc., não encontram respaldo jurídico adequado para suas atividades, seja em termos do estatuto de trabalho dos seus membros, seja do ponto de vista da sua lógica de comercialização e/ou contratação de serviços públicos etc.;
- b) a segunda implicação diz respeito à necessidade de instituição de novas formas de relações de trabalho que acessem direitos públicos,

considerando-se que nem o trabalho assalariado (pela sua incapacidade de lidar com a autogestão), nem o trabalho cooperativo (pela obsolescência da atual legislação em vigor) atendem adequadamente as demandas dos empreendimentos de economia solidária. A idéia é de instauração de um sistema de direito ao trabalho associado em bases um pouco diferentes da atual lei do cooperativismo;

- c) um terceiro aspecto está relacionado à necessidade de re-significação do uso feito pelas pessoas do seu tempo social, no sentido de revalorização de tarefas, atividades, funções ou ofícios que costumam não encontrar tradução monetária hoje. A idéia não é, necessariamente, monetarizar tais práticas, mas de atribuir-lhes valor socialmente reconhecido e incorporá-las de algum modo em uma nova contabilidade pública nacional, para re-avaliação ou re-significação do atual conceito de riqueza. Isto significa superar a situação crítica apontada por GR (1989), relativa à associação do trabalho produtivo com a figura do detentor de emprego. Essa preocupação especial com o uso do tempo social das pessoas, hoje, vincula-se ainda fortemente com a necessidade de revalorização de um conjunto de atividades tais como: o trabalho doméstico realizado por uma mãe de família, o engajamento militante na vida associativa ou comunitária, as diferentes modalidades do trabalho voluntário na ação humanitária, no cuidado com outras pessoas, idosas, crianças etc.. Políticas públicas de realocação de renda mínima ou outras formas de distribuição de riqueza poderiam ser pensadas neste âmbito, além do próprio esforço de mudança de mentalidade, valores, enfim, de cultura política, para estes casos;
- d) um quarto aspecto diz respeito ao reconhecimento e legitimidade de diferentes circuitos e lógicas de funcionamento econômico, para além do registro mercantil. Isto significa fortalecer formas de economia mutuárias ou de subvenções (para usar aqui as expressões de GR, 1989), ou diferentes articulações entre lógicas redistributivas e reciprocitárias, para retomar os termos polanyianos. Ou ainda, uma revalorização da articulação entre economia não-monetária e não-mercantil, para ficarmos com Laville (1994). Arranjos institucionais de tipo novo, envolvendo formas de comercialização e contratação de serviços entre instituições públicas governamentais, não governamentais e empreendimentos da economia solidária atuando em rede representam alguns caminhos para ativação de diferentes circuitos econômico-sociais;
- e) por fim, e como síntese dos demais, cabe salientar a necessidade de repensar formas de arranjo institucionais com poderes públicos para viabilização de práticas e em torno de uma renovação de políticas públicas na direção de uma reatualização das formas de alocação de recursos na sociedade.

Lições e experiências em curso hoje, especialmente nos casos de redes locais de economia solidária (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009), envolvendo circuitos econômicos diferenciados e práticas organizativas inovadoras – a exemplo das experiências de finanças solidárias, as quais implicam circulação de moedas sociais locais, como os bancos comunitários de desenvolvimento (FRANÇA FILHO, SILVA JR., 2009) –, podem representar caminhos fecundos a serem explorados, no contexto de novas políticas públicas de apoio à economia solidária ou de apoio ao desenvolvimento local. Isto porque, baseado numa lógica sustentável-solidária em oposição à via insercional-competitiva (FRANÇA FILHO, 2008), inventam-se, por meio de tais práticas, formas de articulação inéditas entre dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental, numa ação de fomento territorial.

Referências

- AZNAR, G., *Trabalhar menos - para trabalharem todos*, São Paulo: Página aberta, 1993.
- CAILLÉ, A. Sur les concepts d'économie en general et d'économie solidaire en particulière. *La Revue du M.A.U.S.S.*, Paris, n.21, p. 215-236, 2003.
- CASTELS, R. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.
- FRANÇA FILHO, G.; SILVA JR. Bancos comunitários de desenvolvimento. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.; HESPANHA, P. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009. p. 31-36.
- _____.; CUNHA, E.V. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.; HESPANHA, P. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009. p.224-230.
- _____. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v.15, n.45, p.219-232, abr./jun., 2008.
- _____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação, *Civitas*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.155-174, jan./jun.,2007.
- _____.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.
- GAIGER, L.I. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GORZ, A. *Miseres du présent, richesse du possible – Dépasser la société salariale*. Paris: Galilée, 1997.
- _____. *Métamorphoses du travail, quête du sens*. Paris: Galilée,1988.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações*. São Paulo: FGV, 1989.
- KRAYCHETTE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: _____.; LARA; COSTA (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 15-37.
- LAVILLE, J.L. (Org.). *L'économie solidaire – une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- _____. La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In: _____. (Org.). *Lê travail, quel avenir ?* Paris: Gallimard, 1997. p. 37-62.
- _____. Avec Mauss et Polanyi, vers une théorie de l'économie plurielle. *La Revue du M.A.U.S.S.*, Paris, n.21, p. 237-249, 2003.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- POLANYI, K., *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. *Les systèmes économiques – dans l'histoire et dans l'économie*. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VESCHAVE, F.X. Perspectives braudéliennes: reconsidérer l'architecture sociale, pour permettre d'y accéder et de s'y mouvoir". In: OCDE (Org.). *Réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle*, OCDE, Paris, 1996.

Artigo recebido em 10/06/2009.

Artigo, aprovado, na sua versão final, em 16/03/2010.